



Grupo Parlamentar  
Bloco de Esquerda  
Açores



## **Intervenção Política – deputado Mário Moniz**

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhora(s) e Senhores Membros do Governo

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) desempenham uma função que, além de complementar, tem vindo mesmo a substituir, de forma exemplar, o compromisso social que compete ao Estado.

As Instituições, independentemente da sua natureza, vivem do trabalho e dedicação das pessoas, tanto daquelas que as dirigem - graças ao seu trabalho voluntário - como, também, daquelas que executam e garantem os serviços, com brio profissional.

O Presidente do Governo da Região Autónoma dos Açores comprometeu-se - demonstrando sentido de justiça - a proceder, gradualmente, à convergência dos salários dos trabalhadores das IPSS, relativamente aos salários dos funcionários públicos com idênticas funções. Aliás, relembramos que esse foi um compromisso assumido, antes das eleições regionais de 2000.

Esse compromisso assumido consubstanciou-se, nas IPSS, em aumentos de ordenados sempre superiores aos da Administração Pública, procurando, desta forma, uma gradual convergência salarial.

Convém considerar que tal compromisso não é um 'luxo', mas antes um necessário cumprimento da Lei, pois estamos perante a violação do Artigo 59.º da Constituição da República Portuguesa, o qual preconiza o princípio de que para trabalho igual, salário igual. Por isso, nada de mais justo.

Não está em causa, nem nunca esteve, o papel valoroso das IPSS e Misericórdias na nossa Região. O que está em causa é o cumprimento de um direito fundamental, já há muito consagrado.

Em 2010, os 500 Técnicos Superiores que prestam serviço nas IPSS e Misericórdias, financiadas pelo Instituto de Acção Social, através de acordos de cooperação técnico-financeira, continuam a auferir remunerações substancialmente inferiores a Técnicos Superiores que desempenham funções equivalentes na Administração Pública.



Grupo Parlamentar  
Bloco de Esquerda  
Açores



A disparidade é tal, que a remuneração correspondente ao topo da carreira de um Técnico Superior numa IPSS ou numa Misericórdia é, ainda, inferior à remuneração auferida pelos Técnicos Superiores, em início de carreira na Administração Pública.

Mais grave, é quando a Região utiliza as IPSS e Misericórdias para arregimentar, a baixo custo, mão-de-obra qualificada para trabalhar 'lado a lado' com Técnicos Superiores da Administração Pública, fomentando, ainda mais, o sentimento de injustiça, o que constitui um dos mais graves insultos aos muitos jovens que optam por ficar na Região, depois de terem apostado na sua formação.

No país das 'novas oportunidades', esta tem sido, de facto, a nova oportunidade do Governo Regional para 'fazer de conta' que exerce algum trabalho de cariz, verdadeiramente, social.

Os beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) que tão achincalhados têm sido, devido ao exacerbamento de estereótipos e preconceitos, perpetrado por uma direita populista com fome de votos, e por quem, no poder, cede à provocação da 'guerra dos pobres contra os miseráveis', são acompanhados por equipas multidisciplinares, em que, por vezes, imperam sentimentos de injustiça.

Não vale a pena optar por contorcionismos de 'última hora', quando se 'enviam' Técnicos Superiores afectos às IPSS, que prestavam serviço no Instituto de Acção Social para um novo local de trabalho e quando se tenta camuflar tal desfaçatez com a metodologia de trabalho em rede.

Justificar uma injustiça de longa data com a 'crise', é tapar o 'Sol com a peneira', numa Região que ainda tem um longo percurso a fazer, no que diz respeito ao rigor e transparência na forma como gere o dinheiro de todos nós, como, por exemplo, a adaptação do Código de Contratos Públicos à medida de alguns.

Recusar qualquer aumento para os técnicos das IPSS, incluindo os seus técnicos superiores e não demonstrar qualquer intenção em realizar um estudo ou levantamento do impacto económico da sua revalorização profissional, assim como nunca assumir um compromisso que considere uma meta temporal para essa revalorização, revelam sinais de desinteresse, por parte de quem deve dar o exemplo.